



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

**XXXII CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO
TRABALHO DA 2ª REGIÃO**

1ª Prova - CONHECIMENTOS GERAIS - 1ª Etapa – 22/julho/2006

PROVA DE DIREITO DO TRABALHO, DIREITO PROCESSUAL CIVIL, DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO, DIREITO PREVIDENCIÁRIO, DIREITO CONSTITUCIONAL, DIREITO ADMINISTRATIVO, DIREITO PENAL, DIREITO INTERNACIONAL E COMUNITÁRIO, DIREITO CIVIL E DIREITO COMERCIAL.

INSTRUÇÕES

1. Verifique se este caderno de prova contém 50 (cinquenta) questões.
2. Cada questão possui apenas uma alternativa correta.
3. Use somente caneta esferográfica fornecida pelo fiscal e devolva-a na entrega da prova.
4. Os fiscais não darão qualquer esclarecimento sobre as questões formuladas. A compreensão destas é encargo do candidato.
5. São proibidas quaisquer consultas.
6. Não rubrique, nem rasure a Folha de Resposta, do contrário será anulada a prova.
7. É proibido o uso de corretivos.

DURAÇÃO DA PROVA: 04 HORAS

COMISSÃO DO CONCURSO

Juíza DORA VAZ TREVIÑO – Presidenta do Tribunal e da Comissão
Juiz LUIZ ANTONIO MOREIRA VIDIGAL – Juiz Togado do Tribunal
Advogado ARI POSSIDONIO BELTRAN – Representante da OAB

COMISSÃO EXAMINADORA

Juiz CARLOS FRANCISCO BERARDO – Presidente da Comissão
Juíza THEREZA CHRISTINA NAHAS – Membro da Comissão
Advogado ESTEVÃO MALLET – Representante da OAB

Obs.: o gabarito desta prova será publicado no dia 25 de julho de 2005, no Diário Oficial do Estado de São Paulo - Poder Judiciário, bem como na Internet, no site do TRT (www.trt02.gov.br).

BOA SORTE.

COMISSÃO DO CONCURSO DA MAGISTRATURA TRT/2ª REGIÃO
Rua da Consolação, 1272 – 21º andar – torre “B” - CEP 01302-906 - SP
Fone: 3150-2000 Ramal 2694

COMERCIAL:

1. As sociedades por ações são um tipo de sociedade empresarial, regulada pela Lei 6404/76, possuindo o capital dividido em frações. Considerando as disposições legais acerca de tais tipos societários, assinale a alternativa correta:

- a) Em razão do princípio Constitucional da livre iniciativa (art. 170, CF) o Governo está impedido de exercer qualquer tipo de fiscalização sobre tais sociedades, sendo função da CVM – Comissão de Valores Mobiliários tão somente agenciar as transações que são realizadas em bolsa de valores.
- b) Somente podem ser constituídas as sociedades anônimas de capital aberto, sendo vedado o tipo "capital fechado".
- c) Os diretores das sociedades por ações podem ser estrangeiros ou nacionais, com residência dentro ou fora do País, mas os Conselheiros devem, necessariamente, residir dentro do País.
- d) Admite-se que a sociedade anônima tenha por objeto social a participação em outra sociedade, sendo possível que isso seja cumprido mesmo que não conste em seus estatutos e desde que sirva para receber incentivos fiscais ou realizar seu objeto social.
- e) A responsabilidade direta ou decorrente de desconsideração da pessoa jurídica nas sociedades por ações será imputada aos membros do conselho fiscal e assembléia, pois a eles cabe a decisão sobre os destinos da companhia e não aos diretores, que apenas cumprem o que eles decidem.

2. Concernente aos contratos mercantis, pode-se afirmar que:

- a) É ilícito que negociem a compra e venda mercantil pessoas que não sejam empresárias, pois o que caracteriza este tipo contratual é circulação de mercadorias, e não os sujeitos do contrato.
- b) Os contratos de concessão mercantil são de colaboração, caracterizando-se pela existência de sujeitos empresários em seus dois polos, comprometendo-se um a comercializar produtos do outro a fim de se formar um mercado de consumo daquelas mercadorias.
- c) O contrato de representação comercial caracteriza-se em razão da condição pessoal do representante, pois somente pessoas físicas podem firmá-lo, o que faz com que seja figura muito próxima do contrato de emprego.
- d) O contrato de *leasing* pode ser firmado por prazo determinado ou não, sendo vedado que seja prorrogado caso não seja firmado com determinação de prazo.
- e) São características do contrato de *factoring* ser bilateral, consensual, comutativo, bancário atípico, podendo ser ou não oneroso.

3. Analise as proposições abaixo:

I – As agências bancárias são entidades fornecedoras, aplicando-se a elas as regras constantes no Código de Defesa do Consumidor concernentes às relações que firmam com seus clientes;

II – A defesa do consumidor é princípio limitador da livre iniciativa assegurado pela Constituição Federal, e trazida, também neste diploma, como direito fundamental;

III – Não se pode limitar o princípio da livre iniciativa, mesmo que se trate de defesa do consumidor, pois é ele Constitucional (art. 170);

IV – A técnica utilizada pelo legislador no Código de Defesa do Consumidor serve para atingir toda a cadeia de fornecedores, impondo-lhes solidariedade na cadeia de fornecimento de serviços e produtos.

Pode-se afirmar que:

- a) Todas as proposições estão corretas;
- b) Apenas as proposições IV, III e II estão corretas;

- c) Apenas a alternativa IV e I estão corretas;
- d) São corretas as proposições I, II e IV;
- e) São corretas as proposições I, III e IV.

4. Concernente aos interesses e direitos metaindividuais, é incorreto afirmar:

- a) A decisão proferida em ação coletiva não prejudica ou beneficia a ação individual, ou seja, o sujeito individualmente considerado.
- b) O resultado da ação coletiva beneficia todos aqueles que estão ligados entre si por uma mesma circunstância de fato nas ações que tratem de direitos difusos, desde que o resultado seja positivo.
- c) O resultado negativo de uma ação coletiva que tenha por objeto direitos coletivos ou individuais homogêneos fará coisa julgada *erga omnes* impedindo a propositura da ação por todos aqueles que possam ser atingidos pela decisão.
- d) A improcedência da ação por insuficiência de provas impede o trânsito em julgado, possibilitando a renovação da ação.
- e) Não há litispendência entre ações coletivas e individuais propostas, mas o autor da individual somente se aproveitará do resultado daquela outra se requerer a suspensão da ação que instaurou no prazo de trinta dias contados do ajuizamento da ação coletiva.

5. Quanto à legitimidade para as ações coletivas é correto afirmar que:

- a) Em se tratando de interesses individuais homogêneos, há legitimidade extraordinária.
- b) O sindicato não tem legitimidade para defender interesses metaindividuais.
- c) Apenas o Ministério Público tem legitimidade para defesa de interesses e direitos metaindividuais.
- d) As centrais sindicais, por não gozarem de reconhecimento na nossa legislação, não possuem legitimidade para fazerem a defesa de interesses e direitos metaindividuais.
- e) Legitimidade para a causa e para o processo se confundem em matéria de ações coletivas.

ADMINISTRATIVO:

6. Com relação aos servidores públicos é correto afirmar que:

- a) Os empregados públicos são servidores e estão sujeitos a um regime jurídico híbrido, aplicando-se-lhes normas de direito privado e público.
- b) Os servidores militares estão sujeitos ao mesmo regime jurídico afetos aos servidores públicos, o que lhes permite prestar atividades de segurança particular desde que isso não coincida com o horário que deverá estar à disposição do Estado.
- c) Todo servidor público tem direito a aposentadoria e, se esta ocorrer por invalidez fará jus a proventos integrais desde que conte com vinte anos de prestação de serviços a administração direta.
- d) Os servidores públicos têm assegurado o direito de greve e, por ser esta regra auto aplicável, independe de regulamentação para que possa ser deflagrado o movimento.
- e) funcionário público em estágio probatório, pode ser exonerado sem que se instaure o inquérito administrativo respectivo, sendo tal requisito imprescindível aos que já cumpriram o referido estágio.

7. Com relação aos atos administrativos, assinale a proposição correta:

- a) O empregado público contrato sem concurso público pratica ato válido pois, não obstante ocupe o cargo sem observar as disposições legais, não se pode dizer que o ato praticado não tenha ingressado no mundo jurídico e seja, por isso, inexistente – teoria da aparência.

- b) Não se pode dizer que o empregado de fato exerça a função de uma investidora aparente, de modo que os atos que pratica serão ou não existentes, dependendo do resultado.
- c) Em razão do poder discricionário, a Administração pode praticar atos sem observar a forma prevista em lei, pois a finalidade justifica todo o resultado.
- d) Não se deve considerar para a análise sobre a validade do ato, os motivos que levaram o agente a tomar certa decisão, pois a Administração Pública não pode se valer destes expedientes para realizar negócios jurídicos em geral.
- e) Não é possível se concluir sobre a existência ou não de vício pela motivação do ato.

8. Antonio, servidor público, motorista da Prefeitura de São Paulo, ao dirigir alcoolizado o carro oficial em serviço, atropela um João da Silva que estava atravessando a faixa de pedestres de uma pacata rua em um bairro residencial. Considerando a situação hipotética e as normas relativas a responsabilidade civil, aponte o enunciado correto.

- a) A vítima deve ingressar com ação contra Antonio, pois o mesmo não é servidor público concursado e, isso exime a administração pública de qualquer responsabilidade.
- b) Há aplicação da teoria do risco integral na hipótese tratada.
- c) A vítima pode ingressar com a ação contra a pessoa jurídica independente do regime de contratação de Antonio, mas, em havendo sucumbência, a administração pública não poderá voltar-se regressivamente contra Antonio.
- d) Aplicando-se à situação hipotética a teoria do risco administrativo, há que se considerar certas hipóteses que, mesmo em razão da responsabilização objetiva, o Estado não será passível de condenação
- e) O fato de não ser Antonio funcionário público regularmente contratado e submetido ao regime próprio é motivo que pode interferir na análise da responsabilidade do Estado, ainda que tenha havido a contratação por necessidade de serviço e urgência.

9. Considere que o Estado de São Paulo tenha concedido autorização para a implantação de uma fábrica. O funcionário do órgão ambiental do Estado age com toda perícia e prudência exigidas, estabelecendo padrões e limites para a emissão da ordem, segundo os conhecimentos atuais da ciência. Não obstante toda a diligência dispensada as emissões da fábrica vêm a causar danos em algumas plantações de frutas da região em razão de um vazamento de óleo, atingindo trabalhadores daquela localidade que estavam no exercício de suas funções. É correto afirmar que:

- a) O Estado não tem qualquer responsabilidade pelo dano ambiental, pois todas as cautelas foram tomadas e estudos foram realizados, não existindo ausência de fiscalização do agente estatal.
- b) O Estado é co-responsável pelo dano provocado pela atuação não culposa do seu agente. Não obstante o ato administrativo de autorização de funcionamento seja legal, cabe a responsabilidade objetiva do Estado pois houve um dano especial que atingiu determinados indivíduos pertencentes a uma coletividade.
- c) O poluidor deve responder pessoalmente, pois agiu no seu interesse particular de lucro e isso isenta o Estado de qualquer responsabilidade.
- d) Os trabalhadores que estavam na colheita somente poderão se ver indenizados pelo seu empregador, pois a fábrica e o Estado são pessoas estranhas à sua relação contratual.
- e) A responsabilidade pelo dano ambiental do Estado está adstrita ao meio ambiente natural, excluindo-se, em todos as outras situações sua obrigação de indenizar.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL:

10. Analise as proposições que abaixo seguem, sobre o pedido:

I- A Lei 11232/05 previu o término da execução por título judicial, de modo que a ação de execução passou a ser mera fase do processo de conhecimento.

II - O cumprimento das sentenças das obrigações para entrega da coisa, de dar ou fazer deve ser realizada da forma prescrita para a concessão de tutelas específicas.

III – Admite-se que o juiz, ao analisar a inicial em que se pede tutela antecipada, entenda que se trate de medida cautelar e determine a concessão da tutela cautelar, sem que isso possa ferir o princípio da imparcialidade.

IV – É defeso, na liquidação de sentença, discutir de novo a lide ou modificar a sentença que a julgou.

- a) todas as proposições estão erradas.
- b) estão corretas as proposições de número I, II e III.
- c) não estão corretas as proposições de número IV e II.
- d) todas as proposições estão corretas.
- e) apenas a proposição IV está correta.

11. Em razão da EC 45/2004, se um ex-empregado pretender ingressar com ação de revisão de benefício previdenciário e ação de indenização por danos decorrentes de acidente do trabalho, deverá propor sua pretensão:

- a) Ambas poderão ser formuladas na justiça do trabalho, trazendo como litisconsorte necessário o ex-empregador e o INSS, pois a competência é absoluta deste juízo;
- b) deverá ingressar com duas ações distintas, pois a regra é de competência absoluta, sendo que a Justiça do Trabalho tem competência para a ação de revisão de benefício, mas não o tem para a acidentária;
- c) deverá ingressar com duas ações distintas, pois a regra é de competência absoluta, sendo que a Justiça do Trabalho tem competência para a ação de acidentária, mas não o tem para a de revisão de benefício que deve ser intentada contra o empregador;
- d) deverá ingressar com duas ações distintas, pois a regra é de competência absoluta, sendo que a Justiça do Trabalho tem competência para a ação de acidentária, mas não o tem para a de revisão de benefício que deve ser intentada contra o INSS, podendo o empregador ingressar nesta relação como assistente simples.
- e) As ações deverão ser propostas na Justiça Federal comum, pois a Justiça do Trabalho não tem competência para conhecer e julgar qualquer das matérias suscitadas.

12. Em relação à competência, e de acordo as disposições legais e jurisprudências acerca do tema, é correto afirmar que:

- a) a competência dos foros regionais em São Paulo é determinada em razão do valor da causa e da matéria, entendendo-se ser relativa a competência dos regionais quando se tratar do critério valor da causa.
- b) Compete a Justiça do Trabalho autorizar os levantamentos de PIS/PASEP e FGTS em decorrência do falecimento do titular da conta.
- c) É absoluta a competência para conhecer e julgar litígios que envolvam direito de propriedade, vizinhança, servidão, posse, divisão e demarcação de terras e nunciação de obra nova, mas será

relativa, podendo o autor optar pelo foro do domicílio do réu ou eleição se se tratar de execução hipotecária.

- d) A ação em que o incapaz for réu será processada no foro do seu domicílio e não de seu representante. Todavia, se se tratar de ação de execução, poderá optar pelo foro da propositura da ação, independentemente da natureza do título que esteja cobrando.
- e) Não pode o juiz reconhecer de ofício sua incompetência, mesmo declarando a nulidade de cláusula de eleição de foro em contrato de adesão, pois trata-se de competência em razão do território e, por isso, depende de provocação da parte através da interposição de exceção.

13. Em relação às medidas cautelares, é correto afirmar que:

- a) Somente são executáveis após a citação da parte contrária, ainda que tenham sido deferidas liminarmente.
- b) O juiz não pode conceder medida cautelar diversa daquela requerida pela parte, uma vez que faltaria ao requerente o interesse processual.
- c) Se após a execução da medida se verificar que a cautelar teve caráter satisfativo o juiz deverá extinguir o feito sem julgamento de mérito em razão da ausência de interesse processual superveniente, mesmo que a parte contrária não tenha sido citada.
- d) Em razão dos novos tipos processuais sincréticos, é coerente entender-se que o processo cautelar perdeu sua finalidade e, por isso, estaria superado, devendo a parte valer-se da tutela antecipada.
- e) É objetiva a responsabilidade do requerente da medida cautelar que obter sentença desfavorável no processo principal, sendo lícito ao requerido daquela medida liquidar e executar o prejuízo nos próprios autos da ação cautelar intentada.

14. Considere as sentenças abaixo e assinale a alternativa correta:

- a) É possível o portador de título extrajudicial renunciar a execução para valer-se da ação que busca a tutela específica prevista no art. 461 do CPC, o qual está inserido nas regras sobre processo de conhecimento.
- b) Sendo a matéria unicamente de direito e tendo o juiz decisão de improcedência a respeito do tema, deverá providenciar a citação da parte contrária para que venha se defender antes de passar ao julgamento da causa.
- c) Cabe agravo de instrumento de qualquer decisão interlocutória no prazo de dez dias a contar da publicação da decisão.
- d) Estando o processo no tribunal, se se concluir pela existência de nulidade sanável, o relator deverá determinar o retorno dos autos, anulando todo o processado para que se profira novo julgamento.
- e) À exceção do recurso especial, admite-se recurso adesivo na apelação, embargos infringentes e recurso extraordinário

15. A respeito da ação declaratória incidental, é correto dizer que:

- a) A ação declaratória incidental provoca a ampliação da competência do juízo da ação principal.
- b) Contestados os fatos em que se funda o pedido, pode o réu requerer que sobre eles seja proferida sentença incidental, desde que o julgamento da causa dependa, no todo ou em parte, do seu reconhecimento inequívoco.
- c) A decisão sobre questão prejudicial só faz coisa julgada se, requerida a declaração incidental, o juiz for competente em razão da matéria e constituir pressuposto para o julgamento da lide.

- d) Indeferida a inicial da declaratória incidental, o autor poderá apelar, mas é facultado ao juiz, no prazo de 48 horas, reformar sua decisão.
- e) Contra a decisão que indefere a petição inicial de declaratória incidental não cabe qualquer recurso.

16. Quanto aos títulos executivos, pode-se afirmar que:

- a) O que caracteriza os títulos de crédito são sua literalidade e autonomia.
- b) Para que o documento público tenha eficácia de título executivo, exige-se que tenha a assinatura do devedor ou do procurador com poderes especiais, perante o notário, sendo dispensável a presença de testemunhas.
- c) Não se reconhece como título executivo documentos digitais que são obtidos em ambiente virtual.
- d) Para que a sentença arbitral adquira força de título executivo, necessário se faz que se esgote os recursos pelos quais se pode atacar a decisão, ou que se aguarde o decurso o prazo para que adquira força definitiva.
- e) Somente as decisões que tenham passado em julgado é que adquirem força suficiente para serem executadas, antes disso o credor não pode reclamar o direito reconhecido na sentença judicial.

17. Com relação a prova, pode-se afirmar que:

- a) A lei não prevê um momento exato para o requerimento de exibição de documentos, sendo lícito que o requerente formule seu pedido contra a parte contrária ou contra o terceiro, estranho à relação processual e, dependendo da situação jurídica, terá natureza de incidente ou de ação incidental.
- b) O juiz tem absoluta liberdade para valorar a qualidade e credibilidade da prova que estiver nos autos e segundo sua livre convicção, não encontrando qualquer restrição no direito substancial.
- c) Mesmo que a parte contrária tenha confessado os fatos em depoimento pessoal tomado em audiência e esteja o juiz convencido, deve o julgador considerar necessária a produção de outras prova relativas ao mesmo fato, pois não pode encerrar a instrução processual ante o requerimento formulado pelas partes e deferido no despacho saneador.
- d) A parte e o terceiro são obrigados a depor sobre todos os fatos que lhe forem perguntados, ainda que tais fatos os incriminem, pois, em razão do dever de colaboração, devem informar ao juiz sobre tudo que sabem.
- e) Somente se considera autor de um documento, com o exclusão de qualquer outra pessoa, quem o fez e o assinou, pois isso serve a identificar o criador do documento.

DIREITO CIVIL:

18. Referente aos defeitos dos atos jurídicos, indique a alternativa correta.

- a) A fraude contra credores é um vício de consentimento, pois o devedor utiliza-se de expedientes ardilosos visando prejudicar o credor.
- b) No estado de perigo, a pessoa que negocia desconhece a situação de risco porque passa o declarante e, por isso, é que firma o negócio jurídico.
- c) A lesão importa na anulação do negócio e, se conveniente às partes, aquele pode prevalecer e, por isso, tornar-se apto a produzir todos os seus efeitos regulares.
- d) Somente o constrangimento moral pode caracterizar-se como coação em razão da natureza deste instituto.
- e) A fraude a execução tem a mesma regulamentação jurídica que a fraude contra credores, aplicando-se a elas os mesmos princípios.

19. Analise as proposições abaixo:

I - A personalidade da pessoa jurídica é adquirida com a inscrição de seus atos constitutivos no registro próprio, de modo que, se isso não ocorre, o direito não reconhece a existência de pessoas que queiram exercer a prática empresarial.

II - Tanto as associações como as fundações são pessoas jurídicas de direito privado e sua constituição guarda interesse social.

III - O terceiro setor é formado por entidades de interesse social e não podem ter finalidade lucrativa.

IV - A sociedade simples pode ou não ter finalidade econômica, mas será sempre civil e não empresarial.

Pode-se afirmar:

- a) somente as proposições II e III estão corretas, pois as demais partem de premissas falsas para se chegar a conclusão retratada.
- b) A proposição IV está incorreta, pois, se a sociedade simples tiver finalidade econômica deixa de ter natureza civil.
- c) São corretas as proposições II, III e IV, diante das regras instituídas no Código Civil.
- d) Todas as proposições estão incorretas diante das regras instituídas no Código Civil.
- e) Todas as proposições estão corretas, diante das regras instituídas no Código Civil.

20. Quanto a responsabilidade dos sócios pelas obrigações da sociedade, é correto afirmar que:

- a) Há previsão legal de responsabilidade direta e de desconsideração da pessoa jurídica, dependendo da ação ou omissão praticada pelo sócio ou administrador.
- b) É admissível despersonalizar a pessoa jurídica nas hipóteses de confusão patrimonial ou desvio de finalidade e, assim, atingir o patrimônio de todos os sócios, pretéritos e presentes, pelas obrigações sociais.
- c) Admite-se a desconsideração da pessoa jurídica quando o síndico da massa falida ou administrador de condomínio incidir nas situações fáticas de confusão patrimonial ou desvio de finalidade.
- d) O juiz poderá despersonalizar a pessoa jurídica a requerimento da parte, do Ministério Público, mas em hipótese alguma poderá fazê-lo de ofício.
- e) Somente mediante o requerimento da parte o Juiz poderá determinar a desconsideração da pessoa jurídica, ainda que se trate de fraude a lei.

21. Acerca da responsabilidade civil, é correto afirmar que:

- a) A responsabilidade civil por fato de outrem ou indireta, tem por fundamento a necessidade de proteção à vítima do prejuízo.
- b) Se a ofensa for praticada por mais de um autor, a responsabilidade será solidária na medida da ação ou omissão de cada um deles.
- c) Para a fixação da indenização pelo dano causado, o juiz somente apreciará a ação ou omissão do agente, sem levar em conta se a vítima concorreu ou não para o evento danoso.
- d) A incapacidade do agente causador do dano é fato impeditivo para a apuração de sua responsabilidade, sendo certo que somente o seu responsável legal será obrigado a reparação do dano.
- e) Em caso de empregado motorista, se este se envolver em acidente de trânsito por negligência sua, seu empregador estará isento de indenizar a vítima.

22. Assinale a alternativa correta:

- a) A sociedade empresária uma vez constituída adquire titularidade jurídica negocial e patrimonial, mas não processual.
- b) A concentração de empresas se caracteriza pela ocorrência de uma dos seguintes fenômenos: transformação, incorporação, fusão e cisão.
- c) Toda coligação de empresas será caracterizada como grupo econômico.
- d) Qualquer que seja o regime de casamento, os cônjuges podem contratar sociedade entre si ou com terceiros.
- e) Sendo a obrigação solidária, a renúncia do credor a um dos devedores, implicará na renúncia a todos eles.

PROCESSO DO TRABALHO:

23. Os pressupostos processuais e as condições da ação são expressões e institutos que se equivalem, devendo o juiz analisar se tais situações jurídicas processuais estão presentes no momento da prolação da sentença, pois antes disso, não se pode aferir sobre a regularidade do processo. Diante de tal enunciado, é correto afirmar que:

- a) Os pressupostos processuais são imprescindíveis para que a relação processual se constitua e se desenvolva de forma válida; e as condições da ação necessárias ao exercício regular do direito Constitucional de ação, de modo que o juiz deverá apreciar tais matérias desde a fase postulatória.
- b) Tal afirmação não está correta, pois pressupostos processuais e condições da ação são institutos distintos e concernem a situações jurídicas diferenciadas. Todavia, não pode, realmente, o juiz, apreciar se tais condições e supostos estão presentes em outro momento que não aquele em que for proferir o julgamento.
- c) Tal afirmação não está correta, pois, não obstante os supostos processuais e as condições da ação serem situações equivalentes que irão importar na extinção do feito sem julgamento de mérito, o Juiz deverá na fase postulatória, conferir se tais situações processuais estão regulares.
- d) Não importa a diferença ou não entre tais institutos, pois ambos acarretam a extinção do feito sem julgamento de mérito, sendo prescindível discutir-se sobre tais temas.
- e) Apenas após a fase postulatória é que se aprecia se estão presentes os pressupostos processuais e condições de ação, uma vez que se trata de matéria de ordem pública.

24. É correto afirmar, com relação a petição inicial:

- a) A ação cominatória independe de pedido exposto para a aplicação de uma sanção específica em caso de descumprimento da obrigação, não importando em decisão *extra petita* aquela que imponha ao devedor uma sanção não requerida.
- b) Não se indefere da inicial por inépcia se o pedido for juridicamente impossível, pois tal hipótese implica na extinção do feito por carência de ação, tão só.
- c) Caso o autor não tenha formulado na inicial pedido de benefício da assistência judiciária gratuita, é vedado fazê-lo em outro momento processual
- d) O pedido de tutela antecipada deve ser formulado na inicial para que o Juiz possa conceder, caso assim entenda, na sentença, pois em qualquer outro momento importaria em julgamento *extra petita*.
- e) O valor da causa no processo do trabalho tem efeito meramente fiscal.

25. Na data agendada, as partes comparecem em juízo para a realização de audiência una, sendo que foram previa e regularmente intimadas para tanto. O Juiz, quando da leitura da defesa, entende que a ação deveria ter sido proposta não só contra a ré Elite Turismo Ltda, mas, também, contra a empresa Jandira Ltda que pertence ao mesmo grupo econômico e Via Dutra Ltda, empresa terceirizada que prestava serviços aquelas duas. Considere que o pedido do autor é de declaração de reconhecimento de vínculo de emprego com a ré Elite, bem como condenatória, relativa às verbas que entende decorrerem daquele contrato. Diante do entendimento, o Juiz ordena que a sessão seja suspensa, redesignando a data da audiência, a fim de que tais empresas venham compor o polo passivo na qualidade de réis, sem que tenha havido pedido do autor ou chamamento à autoria formulado pela ré. Considerando o fato hipotético, analise a proposição apontando a correta solução.

- a) O juiz extrapolou seus poderes, pois não poderia ter provocado a inserção de terceiros na lide, mesmo porque, sequer terá pedido para julgar contra eles. Tal atitude fere o princípio da imparcialidade e inércia da jurisdição.
- b) O juiz não extrapolou suas funções, pois cabe a ele, como órgão de direção do processo zelar para que a relação processual seja constituída e se desenvolva de forma válida.
- c) Cabe ao juiz determinar o chamamento ao processo quando entende presentes os requisitos para tanto, pois nossa legislação processual admite a intervenção *iussu iudicis*.
- d) O juiz pode determinar tal intervenção desde que o autor concorde com a proposta que ele próprio formula, pois o autor é o dono da lide.
- e) Não se admite o chamamento ao processo nas lides trabalhistas, pois o juiz não tem competência para apreciar a lide secundária que se forma.

26. Ainda, analisando a situação hipotética descrita no item anterior, indique a alternativa correta:

- a) O réu inconformado com a atitude do juiz, pretender recorrer de sua decisão e propõe agravo no momento da audiência e, diante das novas regulamentações sobre o tema inseridas no Código de Processo Civil, o juiz recebe de forma retida.
- b) O autor, igualmente inconformado com o ato do juiz, também pretendendo recorrer, interpõe o recurso adesivo aquele proposto pelo réu no momento da audiência.
- c) Não obstante o juiz tenha incidido em *erro in procedendum*, não cabe qualquer recurso contra o ato, pois trata-se de decisão interlocutória.
- d) Considerando o inconformismo das partes quanto a decisão do juiz, podem interpor exceção de impedimento diretamente no Tribunal a que está o juiz vinculado.
- e) A decisão do juiz está correta e, por isso, não cabe qualquer recurso.

27. Considere uma ação de conhecimento proposta por João de Deus contra Empresa Terno Cinza Ltda. Julgada a revelia e transitada em julgado a sentença, o autor, vitorioso e credor da quantia de R\$50.000,00 ingressa, agora, com execução do título judicial. O oficial de justiça, em cumprimento do mandado, encontra a empresa com as portas cerradas e devolve a ordem sem cumprimento. O juiz, então, após a manifestação do autor, decide que a execução deva prosseguir contra todos os sócios e ordena que as contas de todos eles e de seus sucessores, se houver, sejam bloqueadas através do BACEN-JURIS. Analisando o caso hipotético, indique a afirmação que estiver correta:

- a) O ato do juiz é regular, pois desnecessária a fundamentação de decisão desta natureza, não havendo qualquer discussão na doutrina e jurisprudência quanto a responsabilidade de todos os sócios e seus sucessores pelas dívidas sociais.
- b) O ato do juiz é regular, pois no processo do trabalho tais situações são comuns e os Tribunais Trabalhistas reconhecem a legitimidade do ato, sendo desnecessária, inclusive, a inserção no polo passivo daqueles que são atingidos pelo ato.
- c) É vedado ao juiz proferir decisões interlocutórias sem fundamentá-las, de modo que os atingidos pelo ato terão ação de embargos de terceiro para defesa dos seus direitos e, somente por este meio podem se defender.
- d) É vedado ao juiz proferir decisões interlocutórias sem fundamentá-las, de modo que os atingidos pelo ato, dependendo do fundamento que se valerem, terão ação de embargos de terceiro, embargos a execução ou mesmo, mandado de segurança para defesa dos seus direitos.
- e) O ato do juiz não é irregular, pois está assegurando que o credor possa receber seu crédito e, assim, dar efetividade a decisão, não importando que o ato não seja fundamentado.

28. Concernente a prova no processo do trabalho, assinale a alternativa que se mostrar correta:

- a) O comparecimento da testemunha em juízo somente deve ser obrigatório quando sua intimação for realizada por mandado judicial.
- b) A nomeação de intérprete para a testemunha que não souber falar o idioma nacional, somente se faz necessário se o juiz não entender o idioma, caso contrário, a formalidade se faz desnecessária, porque o juiz pode traduzir o depoimento.
- c) Inquirida a testemunha ou a parte, veda-se a sua re-inquirição, pois o momento de perguntas quedou-se precluso.
- d) Os documentos que as partes querem juntar para a comprovação dos fatos alegados, somente podem ser juntados aos autos até o momento da audiência, independentemente do momento de sua obtenção.
- e) É lícito ao juiz indeferir a prova testemunhal se os fatos foram confessados no momento do depoimento pessoal.

29. É correto afirmar que:

- a) Coisa julgada refere-se a qualidade do efeito da sentença que a torna imutável em razão de se terem esgotados as vias recursais ou de não ter cabimento o recurso.
- b) O incidente de falsidade somente suspenderá o andamento do feito, se a parte que o arguiu o requerer.
- c) A decisão judicial com trânsito em julgado, poderá ser atacada por mandado de segurança se ferir direito líquido e certo da parte impetrante.
- d) A interrupção da prescrição se dá com a citação válida ou com a propositura da ação cautelar de protesto
- e) Os embargos à execução serão propostos no prazo de cinco dias a contar da intimação da penhora e, mesmo que intempestivos, suspenderão a execução que só recomeça a correr após o trânsito em julgado da decisão sobre o que foi por ele atacado.

30. Quanto às ações cautelares afirma-se que:

- a) São tutelas diferenciadas, permitindo o legislador a fungibilidade da medida, cabendo ao órgão julgador dizer qual a medida mais eficaz para a tutela da segurança que se pede.

- b) As cautelares de arresto e seqüestro são medidas que somente se diferenciam pelo título que se pretende ver garantido.
- c) Protesto, notificação e interpelação são medidas extrajudiciais e, diante das reformas porque passa o Código de Processo Civil, perderam a condição de cautelar.
- d) O tutela específica e a tutela antecipada são tutelas diferenciadas, mas a apreciação da liminar de tais medidas depende, necessariamente da audiência de justificação prévia.
- e) Admite-se a concessão de medidas de urgência em liminar, mas a execução do ato judicial depende da citação do réu.

31. É correto afirmar que:

- a) Em caso de procedência parcial do pedido formulado pelo autor, os honorários periciais serão rateados pelas partes.
- b) As nulidade cominadas podem ser reconhecidas em qualquer tempo ou grau de jurisdição, mas se anteriores ao acórdão recorrido em recurso extraordinário só podem ser declaradas se houve prequestionamento da matéria.
- c) As fundações públicas submetem-se ao mesmo regime das empresas públicas e sociedades de economia mista, de sorte que estão sujeitas ao pagamento de custas e subordinam-se a execução por quantia certa contra devedor solvente.
- d) Conforme entendimento pacificado no C. Tribunal Superior do Trabalho, o termo de conciliação firmado em audiência e homologado pelo Juiz, será atacável por ação anulatória ou recurso ordinário, dependendo do prazo em que o interessado deseja fazer a impugnação.
- e) Admite-se a citação por edital no procedimento sumaríssimo e de execução.

32. Com relação ao mandado de segurança e ação civil pública, é correto afirmar:

- a) Não obstante o mandado de segurança tenha natureza jurídica de ação, assume as vezes de recurso em todas as situações que se quer ingressar com agravo de instrumento. Daí admitir-se o *mandamus*, individual ou coletivo, a fim de substituir tal recurso.
- b) O mandado de segurança é tutela diferenciada e serve para agasalhar direito líquido e certo, cujo processamento se dará em 1º ou 2º grau de jurisdição, dependendo do ato que se atacar. Confunde-se, no mais das vezes com o processamento da ação civil pública em vista do interesse que visa agasalhar, pois ambos servem a defesa de interesses metaindividuais.
- c) O mandado de segurança é tutela diferenciada e serve para agasalhar direito líquido e certo, cujo processamento se dará em 1º ou 2º grau de jurisdição, dependendo do ato que se atacar. Sendo a autoridade coatora sucumbente, será condenada em honorários advocatícios e custas processuais, conforme já sumulado pelo C. Supremo Tribunal Federal. Tal entendimento é o mesmo para as questões de sucumbência em ação civil pública.
- d) O mandado de segurança coletivo e a ação civil pública independem de intervenção do Ministério Público na qualidade de *custus legis*, pois presume-se a representatividade adequada dos entes que são legitimados a fazer a defesa dos interesses metaindividuais.
- e) A ação civil pública e o mandado de segurança coletivo podem ser propostos por entidade sindical, uma vez que tal entidade possui legitimidade *ad causam* e *ad processum* para fazer a defesa de interesses metaindividuais, sendo imprescindível que o Ministério Público atue como *custus legis*, sob pena de nulidade do processado.

PREVIDENCIÁRIO:

33. É correto afirmar que a seguridade social:

- a) Abrange a previdência e assistência social, tem atuação preventiva e depende de contribuições pagas pelos beneficiários.
- b) Com a Emenda Constitucional nº 20, o Estado pode dividir com o setor privado a proteção pública que visa garantir a existência digna do cidadão por toda a vida.
- c) A sociedade está isenta das ações de integração destinadas a seguridade social, pois a iniciativa para tanto é do Poder Público que já recebe as contribuições para custeio do sistema.
- d) Abrange a previdência e assistência social, tem atuação preventiva e independe de contribuições pagas pelos beneficiários.
- e) A seguridade social atinge somente a previdência social, pois a assistência social é destinada a instituições que podem ser geridas por organizações não governamentais, cuja autorização de criação é autorizada justamente para tal finalidade.

34. Com relação à previdência social, é correto afirmar:

- a) o regime previdenciário conta com diversos sistemas. Desta forma, instituída a previdência complementar, vedou o legislador Constitucional sua atividade lucrativa, não obstante possa ter superávit. Isso se dá para evitar que haja prejuízo ao beneficiário caso ocorra a quebra da entidade que presta o serviço de previdência complementar.
- b) Além do beneficiário, todos devem contribuir para a previdência social, à exceção do trabalhador eventual, pois, em razão da natureza do serviço que presta e a descontinuidade, não se pode atribuir a ele tal ônus. Quem responde pela contribuição é o tomador do trabalho contratado.
- c) Não se admite a concessão de benefício sem que tenha havido contribuição. Para que o beneficiário possa fazer jus a algum benefício deve ter efetuado recolhimentos de contribuições.
- d) A organização do sistema da previdência social aborda a concessão de prestações que podem favorecer o segurado, seus dependentes e outros beneficiários em geral, variando, conforme a categoria, a prestação conferida.
- e) Ante a ausência de previsão da Lei 8213/91 não é devido o abono anual aos dependentes do segurado da previdência social.

CONSTITUCIONAL:

35. Assinalar a alternativa correta:

- a) A interceptação das comunicações telefônicas não ofende o direito à privacidade, desde que realizada em procedimentos criminais ou fiscais.
- b) A exigência legal de que o candidato a concurso público tenha altura mínima, não se mostra ofensiva ao princípio da isonomia, desde que compatível com as características do cargo a ser provido.
- c) Todo crédito que se tenha contra a fazenda pública deve ser incluído na ordem dos precatórios, a fim de que possam fazer parte do orçamento.
- d) São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas pela Constituição Federal, exceto para editar medida provisória e lei complementar.
- e) O acidente do trabalho não gera direito à indenização a família do acidentado, salvo se decorrer de dolo do empregador.

36. Quanto ao sistema sindical instituído pelo legislador Constitucional, pode-se afirmar que:

- a) os sindicatos têm legitimidade para a defesa dos membros da categoria, não se estendendo tal tutela aqueles que não sejam sindicalizados.
- b) A liberdade sindical comporta três situações distintas, quais sejam, a de sindicalização, a pluralidade sindical e a autonomia de sindicalização e a Constituição Federal não adotou na sua essência tal princípio preconizado pela OIT.
- c) As contribuições instituídas pelos sindicatos são obrigatórias sejam aquelas previstas em instrumentos coletivos ou dispostos em lei em face da obrigatoriedade instituída pela Constituição Federal do chamado imposto sindical.
- d) A Constituição Federal de 1988 permitiu de forma ampla a autonomia coletiva no espaço que destinou a liberdade sindical.
- e) A unicidade sindical e unidade sindical foram conceitos recepcionados pela ordem constitucional, dando espaço, em situações excepcionais, para a criação de mais de um sindicato representativo de categoria idêntica, diferenciada ou similar, na mesma base territorial.

37. Quantos aos direitos e garantias individuais, pode-se afirmar:

- a) A igualdade (isonomia) é um princípio Constitucional garantido e sua extensão ao direito processual depende de ser a parte a Fazenda Pública num dos polos da relação, pois, o prazo diferenciado a Fazenda e ao Ministério Público para falar nos autos, em regra, quebra o absolutismo desse princípio.
- b) Dependendo da natureza do crédito, admite-se a penhora do *pro labore* da pequenas propriedade rural.
- c) Se a associação não tiver autorização para defesa dos direitos do associado, em nenhuma hipótese poderá promover a defesa dos seus interesses, em razão da limitação da norma Constitucional.
- d) O depósito prévio para interposição da ação rescisória fere o princípio do *due process of law*.
- e) É entendimento pacífico nos tribunais superiores que o prazo prescricional para interposição do mandado de segurança é Constitucional.

38. É correto afirmar que:

- a) é vedada a escuta telefônica em processo civil A autorização está restrita a autorização judicial em processo ou inquérito criminal.
- b) A princípio do juiz natural é garantia inerente aos órgãos do poder judiciário. O julgador administrativo e a comissão processante não se submetem a tal princípio.
- c) cabe mandado de segurança para sustar os efeitos de liminar antecipatória de tutela concedida em processo trabalhista e, também, contra decisão de juiz de Vara do Trabalho que se nega a homologar acordo firmado entre as partes, segundo entendimento pacificado do Tribunal Superior do Trabalho.
- d) A revogação do Enunciado 310 do C. TST importa na aceitação daquele Tribunal do reconhecimento de que o Sindicato somente pode atuar como substituto processual para a defesa de interesses e direitos da categoria.
- e) O direito de petição confunde-se com o direito de ação e ambos servem ao cumprimento do princípio que garante o acesso a justiça, podendo ser exercidos tanto na via judicial como na administrativa.

DIREITO PENAL

39. A sonegação de papel ou objeto de valor probatório é crime cujo objeto jurídico é a administração da justiça (art. 356 do Código Penal). Assinale, então, a alternativa correta.

- a) Sujeito ativo é qualquer das partes que figura no processo e o advogado ou procurador judicial.
- b) Admite a forma culposa para caracterização, em face da negligência.
- c) Sujeito ativo é somente o advogado ou procurador judicial inscrito na OAB.
- d) Sujeito ativo é o funcionário que se nega a entregar os autos ao procurador, sem razão aparente que justifique a negativa.
- e) Sujeito ativo é a parte que se nega a informar ao advogado que constituiu onde os documentos são encontráveis.

40. Assinale a alternativa correta, considerando o enunciado abaixo.

O crime de concussão previsto no art. 316 do Código Penal:

- a) Consiste em exigência de vantagem indevida, feita por qualquer cidadão a servidor público para que este pratique ato de ofício.
- b) Por exigir resultado material, é compatível com a forma tentada, consumando-se com a percepção da vantagem.
- c) Consiste em exigência de vantagem indevida por funcionário público, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função, ou antes de assumi-la, mas em razão dela.
- d) Admite a forma culposa, como tipo subjetivo; não se consuma com a efetiva exigência, mas caracteriza-se com o recebimento da vantagem e a ação penal é pública condicionada.
- e) Consiste na promessa ou oferecimento, pelo cidadão, de vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício.

DIREITO DO TRABALHO

41. Assinale a alternativa correta, considerando a seguinte afirmação: Os escreventes e auxiliares dos serviços notariais e de registro podem ser admitidos:

- a) Somente mediante concurso público de provas e títulos, porque a serventia é exercida por delegação do Poder Público.
- b) Pelo titular da serventia, sob o regime jurídico dos servidores públicos de cada Estado ou, se do Distrito Federal, pelo regime jurídico dos servidores públicos civis da União.
- c) Pelo titular dos serviços notariais e de registro, com remuneração livremente ajustada e sob o regime da legislação do trabalho.
- d) Pelo regime jurídico próprio estabelecido pela Corregedoria mediante consulta prévia ao titular da serventia.
- e) Somente pelo juízo competente para a fiscalização do serviço, segundo critérios do regime da legislação do trabalho e do regime jurídicos dos servidores públicos, em face da responsabilidade do titular da serventia.

42. Assinale a alternativa inteiramente correta, considerando a seguinte afirmação: No contrato de concessão de serviço público, a primeira concessionária outorga a outra, segunda concessionária, mediante arrendamento ou qualquer outra forma contratual, onerosa, bens de sua propriedade, a título transitório. Segundo a jurisprudência (TST):

- a) No tocante ao contrato de trabalho extinto antes da vigência da concessão, a responsabilidade pelos direitos dos trabalhadores será da segunda concessionária, exclusivamente, em face da sucessão (art. 10 da CLT).
- b) A responsabilidade por quaisquer débitos trabalhistas dos intervenientes é aquela fixada entre os contratantes, de modo exclusivo, inclusive se houve previsão contratual quanto à isenção de qualquer deles.
- c) A primeira concessionária é solidariamente responsável pelos débitos trabalhistas relativos aos empregados admitidos e demitidos pela segunda concessionária.
- d) Órgão do Poder Público, concedente, é o responsável direto, solidário, por qualquer débito trabalhista da segunda concessionária.
- e) Em caso de rescisão do contrato de trabalho após a entrada em vigor da concessão, a segunda concessionária, na condição de sucessora, é responsável pelos direitos decorrentes do contrato de trabalho e a primeira concessionária é responsável subsidiariamente pelos débitos trabalhistas contraídos até a concessão.

43. Assinale a alternativa inteiramente correta, considerando a seguinte proposição: O termo inicial do prazo prescricional para o empregado pleitear em juízo diferenças da multa do FGTS, decorrentes dos expurgos inflacionários segundo jurisprudência (TST):

- a) Da data em que foi implementado o cumprimento aviso prévio, em face do art. 7º, inciso XXIX, da Constituição Federal, dispositivo que não pode ser violado.
- b) Do dia da movimentação da conta de depósitos vinculada ao FGTS, mediante a guia entregue pelo ex-empregador, quando o trabalhador ficou ciente do saldo.
- c) Da data da apresentação, no Parlamento, do projeto de Lei Complementar, quando foi divulgado que os expurgos inflacionários seriam considerados para essa finalidade.
- d) Da data em que os depósitos foram efetuados na conta vinculada, no curso do contrato de trabalho, sem o cômputo dos expurgos inflacionários, quando o trabalhador teve ciência da lesão.
- e) Da vigência da Lei Complementar n. 110, em 30.6.01, salvo comprovação do trânsito em julgado de decisão proferida em ação proposta anteriormente na Justiça Federal, que reconheceu o direito à atualização do saldo da conta vinculada.

44. São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público (art. 41 da CF) e a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público (art. 37, II, da CF). Segundo a jurisprudência (TST) é correto afirmar que:

- a) Todo e qualquer servidor público é estável após três anos de efetivo exercício porque a Constituição exige concurso público para ingresso.
- b) A aprovação prévia em concurso público assegura em qualquer caso a estabilidade.
- c) Os empregados de empresa pública ou de sociedade de economia mista são estáveis, nos termos do art. 41 da Constituição Federal, porque foram admitidos mediante aprovação em concurso público.
- d) Servidor público celetista da administração direta, autárquica e fundacional é beneficiário da estabilidade prevista no art. 41 da Constituição Federal.
- e) Emprego público é equiparado ao cargo público e, diante do princípio da isonomia, não cabe distinção, pelo que são estáveis os ocupantes dos respectivos cargos.

45. Assinale a alternativa inteiramente correta, considerando a seguinte proposição: Em face do princípio da irredutibilidade (ou da intangibilidade) salarial (art. 7º, inciso VI, da Constituição Federal; art. 462 da Consolidação das Leis do Trabalho):

- a) Cabe o desconto da contribuição sindical, mediante a não-oposição, por escrito, do trabalhador.
- b) Não há possibilidade de o empregador efetuar qualquer desconto.
- c) É permitido o desconto em caso de dano causado pelo empregado, por culpa do mesmo trabalhador, independentemente de qualquer outra formalidade, pois há subordinação.
- d) É lícito o desconto em caso de dano causado pelo empregado, mediante prévio acordo escrito ou na ocorrência de dolo do empregado.
- e) A contribuição assistencial é passível de desconto porque decorre de lei.

46. Assinale a alternativa inteiramente correta, considerando a seguinte proposição: Relativamente à supressão ou alteração das comissões, quanto à forma ou ao percentual, em prejuízo do empregado, nos termos da jurisprudência (TST) a prescrição:

- a) É parcial porque a lesão é renovada no decurso do tempo, em prestações sucessivas, pelo pagamento com o prejuízo.
- b) Ocorre somente depois de cinco anos da extinção do contrato de trabalho.
- c) É total porque envolve pedido de prestações sucessivas, já que o direito à parcela não está assegurado por preceito de lei.
- d) Não incide, porque é cláusula benéfica, tacitamente acordada, que passou a integrar o contrato de trabalho para todos os efeitos.
- e) Incide apenas nas férias, gratificações natalinas e depósitos à conta vinculada ao FGTS.

47. Assinale a alternativa incorreta.

- a) Em qualquer trabalho contínuo, cuja duração exceda de seis horas, é obrigatória a concessão de um intervalo para repouso ou alimentação, o qual será, no mínimo, de uma hora e, salvo acordo escrito ou contrato coletivo em contrário, não poderá exceder de duas horas.
- b) Trabalho noturno terá remuneração superior à do diurno.
- c) Será obrigatória a anotação da hora de entrada e de saída, devendo haver pré-assinalação do período de repouso, para os estabelecimentos de mais de vinte trabalhadores.
- d) Durante as férias, o empregado não poderá prestar serviços a outro empregador, salvo se estiver obrigado a fazê-lo em virtude de contrato de trabalho regularmente mantido com aquele.
- e) Os adicionais por trabalho extraordinário, noturno, insalubre ou perigoso serão computados no salário que servirá de base ao cálculo da remuneração das férias.

48. Assinale a alternativa incorreta.

- a) Os sindicatos representativos de categorias econômicas ou profissionais não podem recusar-se à tentativa de conciliação ou negociação coletiva, quando provocados.
- b) Quando houver norma coletiva em vigor (convenção ou acordo coletivo, sentença normativa) o dissídio deverá ser instaurado nos noventa dias anteriores ao respectivo termo final, para que a norma substitutiva possa entrar em vigor no dia imediato a esse termo.
- c) Nenhuma disposição do contrato individual de trabalho que contrarie normas da convenção ou acordo coletivo de trabalho poderá prevalecer na execução do mesmo, sendo considerada nula de pleno direito.
- d) Não será permitido estipular duração de convenção coletiva ou acordo coletivo superior a dois anos.

- e) As convenções e os acordos coletivos do trabalho entrarão em vigor três dias após a data da entrega dos mesmos (instrumentos) no órgão referido segundo o art. 614 da CLT.

49. Assinale a alternativa incorreta:

- a) A contratação do serviço suplementar, quando da admissão do trabalhador bancário, é nula. Os valores assim ajustados remuneram a jornada normal, sendo devidas as horas extras com o adicional de, no mínimo, cinquenta por cento.
- b) Resta não-configurada a pré-contratação de horas extras do bancário se as mesmas horas suplementares forem pactuadas após a admissão do mesmo.
- c) A configuração, ou não, do exercício da função de confiança (bancária) a que se refere o art. 224, § 2º, da CLT, dependente da prova das reais atribuições do empregado, e é suscetível de exame mediante recurso de revista ou de embargos.
- d) Bancário exercente de função de confiança, que percebe a gratificação não inferior ao terço legal, ainda que norma coletiva contemple percentual superior, não tem direito à sétima e oitava horas como extras, mas tão-somente às diferenças de gratificação de função, se postuladas.
- e) Advogado, empregado de banco, pelo exercício da advocacia, não exerce cargo de confiança, não se enquadrando, portanto, na hipótese do § 2º do art. 224, da CLT.

50. Assinale a alternativa incorreta:

- a) O aviso prévio dado ao empregado afastado por motivo de doença, em face da suspensão do contrato de trabalho, não produz todos os seus efeitos.
- b) Subsistem alguns efeitos na interrupção do contrato de trabalho. Exemplificativamente: direito às férias, cômputo do tempo de serviço para os fins previstos em lei.
- c) Ao empregado afastado do emprego, por motivo de doença, é assegurado o direito ao recolhimento dos depósitos à conta vinculada do FGTS, exceto na primeira quinzena do afastamento.
- d) Afastamento do empregado pela aposentadoria por invalidez, pelo período inferior a cinco anos, confere ao mesmo o direito ao retorno ao empregado, com o cancelamento da aposentadoria, ou à indenização em caso de recusa do empregador.
- e) É lícita a suspensão do contrato de trabalho, por três meses, para participação do empregado em curso de programa de qualificação profissional oferecido pelo empregador, mediante previsão em norma coletiva e aquiescência formal do empregado, asseguradas as vantagens atribuídas à categoria em sua ausência.